



# 15<sup>o</sup> CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



## ESCOLA DE GOVERNO E INCLUSÃO SOCIAL: O CASO DO PLANO RN INCLUSIVO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Felipe da Silva Teixeira<sup>1</sup>  
Hemily Samila da Silva Saraiva<sup>2</sup>

### RESUMO

É certo que as Escolas de Governo desempenham um importante papel na promoção de capacitação e qualificação dos servidores públicos. Dessa maneira, tentando demonstrar esse relevante papel, neste estudo realizou-se um breve levantamento das Escolas de Governo em âmbito nacional, tendo como destaque a Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN). Portanto, apresenta-se um relato acerca da Estratégia de Implementação do Programa de Capacitação da Escola de Governo do Estado no Plano RN Inclusivo – Plano de Políticas Públicas e Inclusão Social (PPIS), descrevendo e analisando, assim, a realização das dez edições do Fóruns de Inclusão Social – uma das etapas de implementação –, e os desdobramentos com a realização dos Fóruns de Inclusão, com a oferta de cursos aos municípios signatários do Plano RN Inclusivo.

**Palavras-chave:** Gestão Pública; Escola de Governo; Inclusão Social; Capacitação; Rio Grande do Norte.

---

<sup>1</sup> Pesquisador em Administração Pública da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) na Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN), Mestrando em Turismo (PPGTur) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestrando em Uso Sustentável de Recursos Naturais (PPgUSRN) e Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: admp.teixeira@gmail.com

<sup>2</sup> Advogada. Pesquisadora Bolsista. Mestranda em Constituição e Garantia de Direitos e Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Especialista em Direito Civil e Empresarial pela Universidade Potiguar – UNP e Especialista em Processo Civil pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI/RN. Membro do Instituto de Direito Administrativo Seabra Fagundes - IDASF. E-mail: saraivahemily@gmail.com.



# 15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As Escolas de Governo desempenham um importante papel na promoção de capacitação e qualificação, buscando o desenvolvimento profissional dos servidores públicos, contribuindo, assim, na consolidação da ampliação da capacidade de execução das políticas do Estado, por meio da formulação, implementação, execução e avaliação das políticas públicas (FERNANDES, 2015; JÚNIOR; BARRETO, 2019). Alinhado à isso, a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de julho de 1998, no Art. 39, § 2º da Constituição Federal, estabeleceu a União, aos Estados e ao Distrito Federal acerca de se manter Escolas de Governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos.

Em vista disso, apresenta-se um novo panorama às capacitações do servidores visando a eficácia dos serviços públicos que são prestados à população (RANZINI; BRYAN, 2017). Além das capacitações com o desenvolvimento dos servidores públicos, tendo como base a determinação disposta na Constituição Federal, as Escolas de Governo oferecem, em sua maioria, treinamentos, cursos abertos a toda população e a realização de eventos, tais como congressos, palestras, seminários, workshops, entre outras atividades, trazendo uma maior diversidade, incentivando a capacitação dos servidores públicos e, ao mesmo tempo, ao cidadãos (ORKIN; DO AMARAL; SINGH, 2008; AMORIM, 2013).

No Brasil atualmente existem inúmeras instituições reconhecidas como Escola de Governo, devido, por exemplo, sua constituição, organização, estrutura, estatuto e regimento. Elas estão espalhadas nas cinco regiões do país, em diversos estados e municípios. Sendo assim, podendo ser uma Escola de Governo da esfera Federal, Estadual ou Municipal. Para tanto, destacam-se no âmbito Federal a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) vinculado ao Tribunal de Contas da União (TCU), o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) vinculado ao Senado Federal, a Escola Virtual de Cidadania (EVC) vinculado a Câmara dos Deputados, e o Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) vinculado ao Ministério da Saúde.



# 15º CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**30 nov - 03 dez | evento online**



Em âmbito estadual traremos um breve panorama das Escolas de Governo, espalhadas em todas as 27 unidades federativas do país, ou seja, nos 26 estados e no Distrito Federal, a iniciar no Acre, tendo a Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre (FESPAC); em Alagoas, a Escola de Governo Germano Santos (EGAL); no Amapá, a Escola de Administração Pública do Amapá (EAP); no Amazonas, a Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas (ESPEA); na Bahia, a Universidade Corporativa do Serviço Público do Estado da Bahia (UCS); no Ceará, a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE); no Distrito Federal, a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV); no Espírito Santo, a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP).

No estado do Goiás os servidores públicos estaduais dispõem da Escola de Governo Henrique Santillo; no Maranhão, a Escola de Governo do Maranhão (EGMA); em Mato Grosso, a Escola de Governo de Mato Grosso; em Mato Grosso do Sul, a Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul (ESCOLAGOV); em Minas Gerais, a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG); no Pará, a Escola de Governo do Estado do Pará (EGPA); na Paraíba, a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP); no Paraná, a Escola de Gestão Paraná (EGP); em Pernambuco, a Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESPPE); no Piauí, a Escola de Governo do Piauí (EGEPI).

Dando continuidade no breve panorama das Escolas de Governo nos estados brasileiros, no Rio de Janeiro, a Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ); no Rio Grande do Norte, a Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN); no Rio Grande do Sul, a Escola de Governo do Rio Grande do Sul (EGov); em Rondônia, a Escola de Governo de Rondônia; em Roraima, a Escola de Governo de Roraima (EGRR); em Santa Catarina, a Fundação Escola de Governo de Santa Catarina (ENA); em São Paulo, a Escola de Governo do Estado de São Paulo (EGESP); em Sergipe, a Escola de Administração Pública Governamental de Sergipe (ESAPGESE); no Tocantins, a Escola de Governo do Tocantins (EGOVE).





# 15<sup>o</sup> CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**30 nov - 03 dez | evento online**



Além das Escolas de Governo da união e espalhadas nos estados, existem ainda as instituições no âmbito municipal. Destacando-se, a Escola de Gestão Pública de Jundiaí (EGP) do município de Jundiaí (SP), a Escola Municipal de Governo do município de São Carlos (SP) a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMAS) do município de São Paulo (SP), a Escola de Governo de Vitória (EGV) do município de Vitória (ES), Escola Municipal de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Natal (EMGESP) do município de Natal (RN), a Escola de Governo do Município de Fortaleza (CE), a Escola de Governo e Gestão Municipal (EGGEM) do município de São Luís (MA), a Escola de Governo de Maricá (EMAR) no município de Maricá (RJ), a Escola de Governo e Gestão (EGG) no município de Niterói (RJ), entre outras Escolas de Governo municipais.

Diante do breve panorama apresentado a respeito das Escola de Governo nos diferentes níveis de governo do país, em específico no estado Rio Grande do Norte, três Escolas se destacam em virtude de sua atuação, a Escola Municipal de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Natal (EMGESP) criada no ano de 2009, a Escola da Assembleia da Assembleia Legislativa do Rio Grande criada no ano de 2003, e a Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN) – alvo deste estudo – criada no ano de 2007. Destaca-se que as três Escolas estão localizadas na capital do estado.

A Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN), vinculada à Secretaria de Estado da Administração (SEAD), institui-se através do Decreto nº 19.896, de 06 de julho de 2007, criando, assim, a Escola de Governo do Rio Grande do Norte, visando a promoção, valorização e o desenvolvimento do servidor público estadual, por meio de um programa permanente de capacitação, elevando o nível de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados ao cidadão e adequando-os aos novos perfis profissionais requeridos pelo setor público. Atuando nas áreas da educação continuada, graduação e pós-graduação, cursos livres e de extensão, cursos online e programa de estágio.



# 15<sup>o</sup> CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**30 nov - 03 dez | evento online**



Além disso, tencionando a descentralização e inclusão dos diferentes territórios localizados no Estado do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, Em 2019 o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Administração instituiu o Plano “RN Inclusivo”, Plano de Políticas Públicas e Inclusão Social (PPIS), alinhado ao Plano de Governo da Excelentíssima Governadora do Fátima Bezerra. Dessa maneira, buscando levar a todas as regiões geográficas do Estado do Rio Grande do Norte, atividades educativas voltadas para qualificação profissional, melhoria da gestão pública e consolidação da cidadania e do voluntariado, destinados a atender os servidores públicos estaduais e municipais, conselheiros municipais, lideranças comunitárias, estudantes universitários, professores e atores políticos.

Em meio a esse debate, este estudo descreve os eventos ocorridos acerca da implementação e execução das atividades relacionadas ao RN Inclusivo, trazendo um discussão a respeito da realização dos Fóruns de Inclusão, e os desdobramentos (resultados) após os Fóruns de Inclusão. Assim sendo, pretende-se com o desenvolvimento dessa investigação, tendo como base as estratégias de implementação do Programa de Capacitação da Escola de Governo do Rio Grande do Norte inseridas no Plano RN Inclusivo, evidenciar os resultados preliminares obtidos com a realização dos Fóruns de Inclusão.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo busca trazer um relato acerca do Plano de Políticas Públicas e Inclusão Social (PPIS), o RN Inclusivo, na realização dos Fóruns de Inclusão pela Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN), descrevendo-as e analisando-as. Dessa maneira, esta investigação se classifica como exploratório-descritiva, tendo como propósito proporcionar maior proximidade e relação com o problema em questão (Gil, 2010), tornando-se mais explícitos os estudos nesta área, além de ambicionar a descrição de algo (Malhotra, 2006), no caso, as atividades dos Fóruns de Inclusão.



# 15<sup>o</sup> CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**30 nov - 03 dez | evento online**



Na coleta de dados realizou-se um levantamento de informações acerca da temática estudada, com o propósito de analisar as informações sobre o assunto (Gil, 2010), e para o levantamento das escolas de governo, obtidas através da pesquisa exploratória nos websites. Para auxiliar a leitura e a apresentação dos resultados, optou-se na construção deste artigo, construí-lo da seguinte maneira: inicialmente abordando nas “Considerações Iniciais” o papel das Escolas de Governo, trazendo um panorama sobre as instituições, conduzindo a investigação ao debate a respeito do alvo de nosso estudo; Na seção “o Plano RN Inclusivo e os Fóruns de Inclusão Social” discorreremos a respeito do Plano RN Inclusivo e dos Fóruns de Inclusão Social, apresentando, por fim, os cursos ofertados; e as Considerações Finais.

## **O PLANO RN INCLUSIVO E OS FÓRUNS DE INCLUSÃO SOCIAL**

No Decreto Estadual nº 30.064, de 25 de janeiro de 2021, em seu art. 34, I, descreve entre as competências da Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales (EGRN), devendo assim “promover atividades de formação, desenvolvimento e capacitação dos servidores públicos, que devem ser capazes de atuar como agentes na implementação de políticas governamentais e de serviços públicos que promovam os direitos dos cidadãos”. Nesse sentido, a normativa traz uma afirmativa acerca da responsabilidade da oferta de capacitações, se tornando precípua à Escola de Governo, onde o Programa de Capacitação Plano de Políticas Públicas e Inclusão Social do Governo, o RN Inclusivo, encontra amparo legal.

Sendo assim, a proposta de implementação do Plano RN Inclusivo se concentra no compartilhamento do conhecimento e na promoção da mudança social, buscando, dessa maneira, desenvolver atividades voltadas a qualificação profissional dos servidores municipais, melhoria da gestão pública e consolidação da cidadania, aos gestores e servidores públicos, aos representantes de associações e a comunidade, em todas as regiões geográficas do Rio Grande do Norte, incluindo o município do Natal e a Região Metropolitana Potiguar.





# 15<sup>o</sup> CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**30 nov - 03 dez | evento online**



Para que isso ocorra, os gestores públicos municipais devem firmar parceria com o Governo do Estado por meio de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica junto à Secretaria de Estado da Administração (SEAD), responsável pela coordenação do RN Inclusivo. Além disso, deve-se manter um diálogo permanente entre os agentes públicos estaduais e municipais para melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a qualidade de vida no Rio Grande do Norte<sup>3</sup>.

Atualmente cinquenta e sete municípios aderiram ao Plano RN Inclusivo, sendo eles: Acari, Água Nova, Almino Afonso, Alto do Rodrigues, Antônio Martins, Areia Branca, Assú, Arez, Baraúna, Bodó, Canguaretama, Carnaubais, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Equador, Florânia, Frutuoso Gomes, Goianinha, Grossos, Guamaré, Itajá, Japi, Jundiá, Jucurutu, Lagoa Nova, Luís Gomes, Macaíba, Macau, Monte das Gameleiras, Olho d'água dos Borges, Paraná, Paraú, Parnamirim, Pau dos Ferros, Pedra Grande, Pedro Velho, Portalegre, Porto do Mangue, Pureza, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Bento do Norte, São Gonçalo do Amarante, São Fernando, São João do Sabugi, São José de Mipibu, São José do Seridó, São Miguel do Gostoso, São Tomé, São Vicente, Senador Georgino Avelino, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz, Tibau, Umarizal e Viçosa.

As estratégias de implementação do Programa de Capacitação da Escola de GoveRNo delimitadas no Plano RN Inclusivo, estão divididas em seis etapas, e são elas: etapa 1: levantamento do diagnóstico preliminar do município; etapa 2: ação de articulação e mobilização; etapa 3: atividade de realização do Fórum de Inclusão Social; etapa 4: tabulação e análise dos dados, etapa 5: avaliação Fórum de Inclusão Social; etapa 6: planejamento de atuação. Portanto, essas etapas da estratégia de implementação do programa fundamentaram a criação dos “Fóruns de Inclusão Social”, buscando prospectar as demandas de capacitações dos cidadãos.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://rminclusivo.rn.gov.br/sobre.html>



# 15<sup>o</sup> CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**30 nov - 03 dez | evento online**



Nessa busca de prospectar as demandas de capacitação, nos Fóruns de Inclusão Social os participantes são divididos em quatro categorias de Grupos Focais (GF1 – Gestores, GF2 – Servidores, GF3 – Associações GF4 – Comunidade), sendo apresentados aos grupos cinco focos de inclusão, a saber: i) Inclusão pela saúde, segurança e valorização humano-profissional; ii) Inclusão pela educação, pelo esporte e lazer, pela cultura e pela identidade local; iii) Inclusão pelos direitos e cidadania ativa; iv) Inclusão pelo desenvolvimento local; v) Inclusão pela gestão participativa e integrada. Com isso, espera-se a apresentação das demandas de capacitações relacionadas às temáticas apresentadas por parte dos participante. Sendo acompanhado, esse momento, por dois Mediadores, dois Relatores, um Assessor e um Apoio de TI, em cada Grupo Focal. Em princípio, esse momento de discussão ocorre entre 1h20min e 1h30min, na última parte do evento.

A realização do primeiro Fórum de Inclusão Social, como todos as outras edições do Fóruns de Inclusão Social, ocorreram virtualmente, contando o primeiro, o piloto, com a participação do município de Currais Novos. Desse modo as edições dos Fóruns de Inclusão ocorrem dessa maneira: I Fórum de Inclusão Social: Edição “Currais Novos”, realizado em 12 de dezembro de 2020; o II Fórum de Inclusão Social: Edição “Frutuoso Gomes, Pau dos Ferros e Viçosa”, realizado em 15 de abril 2021; o III Fórum de Inclusão Social: Edição "Arez, Canguaretama, Goianinha, Japi, Jundiá, Monte das Gameleiras, Parnamirim, São José Mipibu e Senador George Avelino", realizado em 15 de junho 2021; o IV Fórum de Inclusão Social: Edição "Macaíba, Pedra Grande, Pureza e São Gonçalo do Amarante", realizado no dia 06 de julho de 2021; o V Fórum de Inclusão Social: Edição “Jucurutu, São Fernando, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e São José do Sabugi”, realizado no dia 22 julho de 2021.

O VI Fórum de Inclusão Social: Edição “Alto do Rodrigues, Grossos, Guamaré, Macau, Paraú, Porto do Mangue e Tibau”, realizado no dia 03 de agosto de 2021; o VII Fórum de Inclusão Social: Edição “Carnaúba dos Dantas, Equador, Florânia, Lagoa Nova e Tenente Laurentino Cruz”, realizado no dia 17 de agosto





# 15<sup>o</sup> CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**30 nov - 03 dez | evento online**



de 2021; o VIII Fórum de Inclusão Social: Edição “Acari, Bodó, Cerro Corá, Pedro Velho, São Bento do Norte, São Tomé e São Vicente”, realizado no dia 31 de agosto de 2021; o IX Fórum de Inclusão Social: Edição “Água Nova, Luís Gomes, Olho d’água do Borges, Paraná, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho de Santana e Umarizal”, realizado no dia 15 setembro de 2021; e o X Fórum de Inclusão Social: Edição “Almino Afonso, Antônio Martins, Areia Branca, Assú, Baraúnas, Carnaubais e Itajá”, realizado no dia 28 setembro de 2021.

A programação do evento consisti-a, além de um ato solene de abertura, da realização do Webinário “Premissas da Cidadania Ativa e Desenvolvimento Local, sob responsabilidade do diretor da Escola de GoveRNo, Prof. Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira, transmitido esse momento no canal do YouTube da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), após isso inicia-se os debates nos grupos focais, via plataforma da Coordenadora de Tecnologia de Informação, a COTIC-CONFERÊNCIA, sistema de videoconferência.

Para a realização dos Fóruns de Inclusão Social, teve como colaboração na execução no desenvolvimento de atividades tais como de mediação, relatoria, assessoria e apoio de TI, servidores, pesquisadores e estagiários da Escola de GoveRNo, da Escola de TI e da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), voluntário vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e servidores públicos estaduais selecionados, mediante o Edital SEAD/EGRN Nº 01/2021, visando o preenchimento de vagas de servidores do Banco de Talentos para atuação como membros de comissão composta por representantes dos municípios signatários do “RN Inclusivo”.

Acerca da participação nos dez Fóruns de Inclusão Social, tiveram um percentual crescente no número de inscritos e, além dos inscritos, pode-se mencionar a participação no canal do YouTube\* (os números de visualizações nessa plataforma podem sofrer alterações ao longo do tempo). Em relação as inscrições nos Fóruns de Inclusão Social, elas ocorrem através do *site* Even3, bem como a obtenção de certificados de participação no evento.



# 15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



**Tabela 1 – Relação dos Fóruns de Inclusão**

FÓRUM	MUNICÍPIOS	INSCRITOS	YOUTUBE*
1º	Curraí Novos	50	-
2º	Frutuoso Gomes, Pau de Ferros e Viçosa	360	410
3º	Arez, Canguaretama, Goianinha, Japi, Jundiá, Monte das Gameleiras, Parnamirim, São José de Mipibu e Senador Georgino Avelino	330	740
4º	Macaíba, Pedra Grande, Pureza e São Gonçalo do Amarante	213	953
5º	Jucurutu, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó e Serra Negra do Norte	158	1.111
6º	Alto do Rodrigues, Grossos, Guamaré, Macau, Paraú, Porto do Mangue e Tibau	616	1.727
7º	Carnaúba dos Dantas, Equador, Florânia, Lagoa Nova e Tenente Laurentino Cruz	349	2.076
8º	Acarí, Bodó, Cerro Corá, Pedro Velho, São Bento do Norte, São Tomé e São Vicente	223	2.299
9º	Água Nova, Luís Gomes, Olho d'água dos Borges, Paraná, Portalegre, Rafael Fernandes, Riacho de Santana e Umarizal	536	2.835
10º	Almino Afonso, Antônio Martins, Areia Branca, Assú, Baraúnas, Carnaubais e Itajá	1.185	4.020
<b>TOTAL</b>		<b>4.020</b>	<b>15.313</b>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na oferta de capacitações aos municípios signatários do Plano RN Inclusivo, sendo elas resultados das demandas apresentadas ao longo dos dez Fóruns de Inclusão pelos gestores e servidores públicos, representantes de associações e a comunidade local, a Escola de Governos ofereceu inicialmente 06 (seis) cursos. Portanto, cada curso tem como proposta um período de realização, a descrição das vagas ofertadas e carga horária de execução do curso, como estão discriminados na tabela abaixo (Tabela 2).



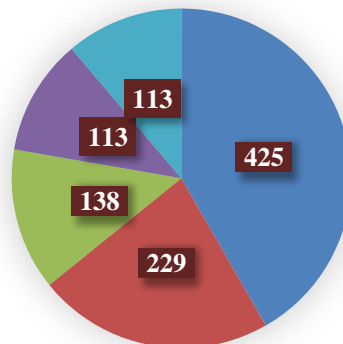
**Tabela 2 – Relação de Cursos Ofertados pelo RN Inclusivo**

CURSO	PERÍODO	VAGAS	CARGA HORÁRIA
<b>C1</b> – NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO	20/09/21 22/10/21	100	30H
<b>C2</b> – NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO	08/11/21 10/12/21	100	30H
<b>C3</b> – ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA UNIÃO	07/10/21 08/11/21	100	30H
<b>C4</b> – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	21/10/21 18/11/21	100	30H
<b>C5</b> – CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO	25/10/21 24/11/21	100	30H
<b>C6</b> – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (NOÇÕES BÁSICAS)	26/10/21 18/11/21	100	20H

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação as inscrições nos cursos, ao todo receberam 1.080 inscrições, desse total sendo 600 validas e 120 no cadastro de reserva. No gráfico abaixo estão discriminados os cursos com as respectivas inscrições recebidas. Para entender a relação da cor, o curso e o número de inscrições em cada curso, delimitamos um código de identificação, representado por “C”, na ordem como iniciado na descrição do curso na tabela anterior. Ou seja, em azul escuro representa “C1” e “C2”, em laranja “C3”, em cinza “C4”, em amarelo “C5” e em azul claro “C6”.

**Gráfico 1: Número de Inscritos nos Cursos do RN Inclusivo**



Fonte: Elaborado pelos autores.





# 15<sup>o</sup> CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que as Escolas de Governo desempenham um importante papel na promoção de capacitação e qualificação. Dessa maneira, tentando demonstrar esse relevante papel, realizou-se um breve levantamento das Escolas de Governo em âmbito nacional, até se chegar ao estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente a Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, a EGRN. Para isso, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, visando a promoção, a valorização e o desenvolvimento do servidor público estadual, desenvolveu o “Plano RN Inclusivo”, o Plano de Políticas Públicas e Inclusão Social (PPIS), buscando levar a todas as regiões geográficas do Rio Grande do Norte, a qualificação profissional para melhoria da gestão pública, na consolidação da cidadania ativa e do desenvolvimento local.

Na implementação do Plano RN Inclusivo, a Escola de GovernNo realizou entre 2020-2021 dez Fóruns de Inclusão Social, na modalidade remota, sendo essenciais na captação de demandas dos municípios participantes dos Fóruns. Para tanto, os Fóruns tiveram um quantitativo de participação crescente, tanto no número de inscritos quanto na participação no YouTube. Além disso, após a realização dos Fóruns, criou-se grupos no aplicativo de mensagem instantânea, o WhatsApp, contribuindo com a divulgação dos Fóruns de Inclusão e captação de necessidades de cursos, tencionando captar ainda mais demandas dos que não puderam participar do evento ou quisessem acrescentar alguma demanda anteriormente não vista.

Atualmente o Plano RN Inclusivo encontra-se em fase de Planejamento de Atuação, já que após a captação nos Fóruns de Inclusão das demandas necessárias, foram/estão sendo ofertados os cursos, na modalidade Educação a Distância (EaD), abrangendo todos os municípios participantes. Além disso, a implementação do Plano RN Inclusivo, mediante os dez fóruns de inclusão realizados e cursos de capacitação, trouxeram diversos benefícios ao estado do Rio Grande do Norte, como uma maior articulação e mobilização entre os municípios signatários e



# 15º CONGRESO

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

**30 nov - 03 dez | evento online**



parcerias<sup>4</sup> realizadas. Destaca-se que a modalidade remota possibilitou maior engajamento social, com uma relevante participação de 15.363, totalizado pelo número de inscritos e participantes do YouTube. Esse quantitativo possibilitou articulação e mobilização no município signatário e efetivo conhecimento das necessidades do referido Município. Além disso, os participantes dos Fóruns de Inclusão Social, através do site Even3, no geral, foram bem avaliados, com comentários positivos.

Por fim ressalta-se que, a experiência de realização dos dez Fóruns de Inclusão Social atendendo mais de cinquenta municípios, foi de suma importância na percepção de captar as demandas de capacitação. Apesar dos desafios encontrados, o formato do evento em modelo remoto atendeu ao desejado e conseguiu colher as inúmeras demandas de capacitação. Além disso, os cursos ofertados na modalidade a distância possibilitaram o atendimento a um público mais diversificado, chegando em regiões antes não atendidas, possibilitando, assim, a capacitação dos gestores, servidores, membros de associações e da população.

---

<sup>4</sup> Regimento interno, art. 34, II: “articular e mobilizar as instituições públicas existentes com o objetivo de firmar parcerias interinstitucionais e a constituição de uma rede das Escolas de Governo e Escolas de Formação existentes, visando à execução de atividades de formação, desenvolvimento e capacitação dos servidores públicos no Rio Grande do Norte”.



# 15º CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO CONSÓRCIO NORDESTE

30 nov - 03 dez | evento online



## REFERÊNCIAS

AMORIM, Adriano Cesar Ferreira. O Programa de Capacitação de Servidores Públicos e de Cidadãos do Tribunal de Contas da União: um exemplo de atuação estratégica das escolas de governo. **Revista do TCU**, n. 126, p. 24-37, 2013.

DE SENNE RANZINI, Milena; BRYAN, Newton Antonio Paciulli. Capacitação e formação para o setor público e os modelos de escola de governo no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 2, 2017.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. Escolas de governo: Conceito, origens, tendências e perspectivas para sua institucionalização no Brasil.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/—12. Reimpressão.—São Paulo: Atlas, 2009. —. **Como elabora projetos de pesquisa./5. Ed.—São Paulo: Atlas**, 2010.

JÚNIOR, IRONIDES AGOSTINHO DA SILVA; BARRETO, MARIA SIMONE PRATES. Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no Serviço Público: A Contribuição das Escolas de Governo Para A Profissionalização. **Revista Internacional de Debates da Administração & Públicas-RIDAP**, v. 4, n. 1, p. 37-57, 2019.

MALHOTRA, Naresh. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 2006.

RIO GRANDE DO NORTE, Governo do Estado. Estratégia de Implementação do Programa de Capacitação da Escola de Governo do Estado do Rio Grande do Norte no Plano RN Inclusivo. Natal, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE, Governo do Estado. RN Inclusivo. COTIC, 2021. Disponível em: <http://www.rninclusivo.rn.gov.br/>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

ORKIN, Mark; DO AMARAL, Helena Kerr; SINGH, Dhruv Vijai. Fórum IBAS debate gestão de escolas de governo, desenvolvimento de dirigentes e prestação de serviços ao cidadão. **Revista do Serviço Público**, v. 59, n. 3, p. 381-388, 2008.